

Enquanto meteorologistas e produtores acompanham os sinais de um possível Super El Niño, o país volta a encarar uma velha vulnerabilidade: a dificuldade de se preparar financeiramente para eventos climáticos extremos

**Fabio Damasceno**

Diretor técnico de seguro rural da Mapfre e vice-presidente da Comissão de Seguros Rurais da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

Toda vez que um fenômeno climático extremo ameaça o país, a discussão segue um roteiro conhecido. Especialistas projetam os efeitos sobre a produção agrícola, analistas revisam estimativas para a safra e produtores tentam calcular o tamanho do prejuízo. Desta vez não é diferente. A possibilidade cada vez maior de um Super El Niño já mobiliza o agronegócio e reacende preocupações sobre a temporada 2026/27.

As dúvidas sobre a intensidade do fenômeno permanecem. O histórico, porém, recomenda cautela. Eventos dessa natureza costumam alterar regimes de chuva, provocar secas em algumas regiões, excesso de precipitação em outras e aumentar a volatilidade de uma atividade que continua profundamente dependente do clima.

A atenção costuma se concentrar nas consequências mais visíveis: quebra de safra, atraso no plantio, redução de produtividade e pressão sobre os preços. São riscos reais. Mas existe uma questão menos debatida e igualmente importante: quem absorve os prejuízos quando eles chegam?

A resposta importa porque o impacto econômico de um evento climático não começa no momento da perda. Ele surge antes, quando a incerteza passa a influenciar decisões. Produtores revisam investimentos, instituições financeiras recalculam cenários e empresas reavaliam exposições. Mesmo sem uma única lavoura afetada, parte do custo já está incorporada à economia.

Os acontecimentos recentes mostram o tamanho dessa vulnerabilidade. As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul transformaram uma tragédia ambiental em uma crise econômica de grandes proporções. Famílias perderam patrimônio, empresas interromperam operações e produtores rurais viram sua capacidade produtiva comprometida. Em muitos casos, a reconstrução dependeu de recursos públicos, renegociações de dívida e da capacidade individual de suportar perdas expressivas.

No campo, essa realidade se tornou ainda mais evidente. A agricultura brasileira avançou em tecnologia, produtividade e gestão. O que não mudou foi sua exposição aos extremos climáticos. Nenhum ganho de eficiência é capaz de impedir que uma estiagem prolongada ou uma sequência de chuvas fora de época comprometa uma safra inteira.

Quando isso ocorre, os efeitos ultrapassam os limites da propriedade rural. A perda de renda reduz investimentos,

dificulta o acesso ao crédito e compromete o financiamento dos ciclos seguintes. O problema deixa de ser agrícola e passa a ser econômico.

Nesse cenário, o seguro rural passa a ocupar um espaço maior na discussão sobre o futuro do agro. O clima continua sendo uma variável impossível de controlar. Uma seca prolongada ou uma sequência de chuvas fora de época podem comprometer meses de trabalho e afetar a renda necessária para sustentar a produção seguinte.

A cobertura disponível, porém, ainda não acompanha o tamanho da exposição. Parte dos produtores permanece sem proteção adequada. Em alguns casos, o acesso é limitado. Em outros, prevalece a expectativa de que eventos extremos sejam raros. Os acontecimentos recentes sugerem um quadro diferente. As oscilações climáticas ganharam peso nas decisões de crédito, investimento e planejamento.

A chegada de um novo Super El Niño recoloca essa realidade em evidência. O debate envolve a próxima safra, mas não se encerra nela. A frequência dos eventos extremos vem aumentando o custo da incerteza para produtores, empresas e instituições financeiras.

As projeções certamente mudarão nos próximos meses. A intensidade do fenômeno pode surpreender para cima ou para baixo. O desafio, contudo, permanecerá o mesmo: construir mecanismos capazes de absorver perdas antes que elas se convertam em crises. Quando o assunto é clima, a diferença entre reagir e se preparar costuma ser medida em bilhões.

(28.07.2026)